

HABEAS CORPUS Nº 548.673 - TO (2019/0357130-8)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : PEDRO ELOI SOARES
ADVOGADO : PEDRO ELOI SOARES - DF001586A
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS
PACIENTE : ALAN FRANCISCO SOARES DE ALMEIDA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de ALAN FRANCISCO SOARES DE ALMEIDA no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

Narra a denúncia que o paciente, juntamente com um corréu adolescente, foi surpreendido com **5,7g (cinco gramas e sete decigramas) de maconha e 0,9g (nove centigramas) de crack**.

Consta dos autos que o paciente foi condenado, como incurso nas sanções dos arts. 33, *caput*, e 35, *caput*, c/c o art. 40, V, VI e VII, todos da Lei n. 11.343/2006 e com art. 244-B, § 2º, da Lei n. 8.069/1990, à pena de 19 anos de reclusão, a ser cumprida no regime inicial fechado.

A apelação defensiva foi parcialmente provida para redimensionar a pena do paciente para 12 anos, 6 meses e 15 dias de reclusão.

Eis a ementa do acórdão (e-STJ fls. 47/49):

APELAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. ART. 33 E 35, DA LEI Nº 11.343/06, NA FORMA DO ART. 69 DO CÓDIGO PENAL. PRELIMINAR DE NULIDADE. VIOLAÇÃO AO DEVIDO PROCESSO LEGAL. TESTEMUNHA NÃO INQUIRIDA EM JUÍZO. PROVA EMPRESTADA RATIFICADA EM JUÍZO.

1. É pacífico o entendimento do Superior Tribunal de Justiça no sentido da admissibilidade, observado o contraditório, da prova emprestada vinda de processo do qual não participaram as partes do feito para o qual a prova será trasladada.

2. No caso, o menor não foi localizado para intimação, a fim de que fosse ouvido perante o Juízo Criminal, o que levou à juntada de sua oitiva prestada junto ao Juízo da Vara Cível a estes autos, mediante requerimento do Ministério Público e concordância da defesa, sendo que as informações prestadas foram ratificadas em juízo, em observância ao contraditório e à ampla defesa.

3. Ademais, a declaração de nulidade exige a comprovação de prejuízo, em consonância com o princípio *pas de nullite sans grief*, consagrado no art. 563 do CPP e no enunciado n. 523 da Súmula do col. STF, o que não ocorreu na hipótese concreta, razão pela qual rejeito a preliminar.

ABSOLVIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. MATERIALIDADE E AUTORIA DELITIVAS COMPROVADAS. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADA. PALAVRA FIRME DOS POLICIAIS. HARMONIA COM AS DEMAIS PROVAS CONTEXTO PROBATÓRIO ROBUSTO.

4. A autoria e a materialidade dos crimes de tráfico de drogas e associação para o tráfico encontram-se perfeitamente configuradas com base em provas robustas, como o depoimento seguro dos policiais que participaram das investigações, bem assim as declarações de usuários que adquiriram droga dos apelantes e também em razão da apreensão de droga e da realização dos Laudos Periciais de Pesquisa em Entorpecentes e ainda pelas circunstâncias em que aconteceram os delitos, uma vez que os apelantes já estavam sendo investigados.

5. É irrelevante o fato dos recorrentes não terem sido apanhados no momento da mercancia da droga, haja vista que para a configuração do delito de tráfico de drogas basta que sua conduta se subsuma em um dos núcleos descritos no art. 33, da Lei nº 11.343/06, pois se trata de crime de ação múltipla.

6. Quanto ao crime de associação para o tráfico, restou comprovado o vínculo, a estabilidade e a permanência do grupo para a prática do tráfico de drogas, restando demonstrado que não foi somente uma atitude isolada dos apelantes, mas, uma atuação estável em *societas sceleris*, realizada de maneira sequencial e permanente.

7. Comprovadas, de maneira incontestada, tanto a materialidade como a autoria delitiva dos crimes, mormente pela prova documental e testemunhal, colhida tanto na fase inquisitorial como judicial, não há que se falar em fragilidade do conjunto probatório, o que inviabiliza a aplicação do brocardo *in dubio pro reo* e, conseqüentemente, a absolvição sob este fundamento, sendo imperiosa a manutenção do decreto condenatório.

DOSIMETRIA. PENA-BASE ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. NATUREZA E QUANTIDADE DE DROGAS. ART. 42 DA LEI 11.343/06. AUSÊNCIA DE BIS IN IDEM. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS NEGATIVAS. CULPABILIDADE, CONDUTA SOCIAL E CONSEQUÊNCIAS DO CRIME. MOTIVAÇÃO INIDÔNEA DECLINADA PARA O INCREMENTO DA PENA- BASE. REDIMENSIONAMENTO DA PENA.

8. Evidencia-se que a natureza e a quantidade das drogas apreendidas, foram consideradas somente uma única vez na primeira fase da dosimetria da pena e não foi empregada nas demais fases, não havendo que se falar em *bis in idem* ou inadequação com os julgados do Supremo Tribunal Federal, motivo pelo qual mantém a valoração negativa, nos termos do art. 42 da Lei 11.343/06.

Superior Tribunal de Justiça

9. Quanto à culpabilidade, tem-se que o seu exame não foi adequado, devendo ser afastada, uma vez que os fundamentos expostos são inerentes ao tipo penal e à causa de aumento aplicada na dosimetria.

10. No tocante à conduta social, verifica-se que a alegativa de que os apelantes “sempre esteve envolvido com o tráfico de drogas”, não possui fundamentação idônea e deve ser decotada, porquanto os recorrentes são tecnicamente primários.

11. No que pertine às consequências, a indicação dos danos causados pelas drogas aos consumidores, é motivo inerente ao tráfico ilícito de entorpecentes, de forma que tal fundamento é inidôneo a fundamentar a exasperação da pena-base.

12. Recursos conhecidos e parcialmente providos para redimensionar as penas dos apelantes.

No Superior Tribunal de Justiça, a defesa pretende a aplicação do redutor previsto no art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006.

Requer, liminarmente e no mérito, a redução da pena do paciente.

Liminar indeferida às e-STJ fls. 309/312.

Informações prestadas.

Parecer ministerial pela concessão da ordem às e-STJ fls. 328/336.

É o relatório.

Decido.

Preliminarmente cumpre ressaltar que, na esteira da orientação jurisprudencial desta Corte, por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em *habeas corpus* apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório.

No caso em tela, assim foi fundamentada a dosimetria da pena na sentença condenatória (e-STJ fls. 144/147):

Para fixação da pena base do réu ALAN FRANCISCO SOARES DE ALMEIDA passo a análise das condições e circunstâncias do fato a fim de estabelecer o necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime:

1. **CULPABILIDADE:** Censurável. O réu agiu de forma livre, consciente e com emprego de dolo direto mediante animus

associativo de vender e comercializar substâncias ilícitas em significativa quantidade, inclusive com menor de idade. O dolo empregado pelo réu é demonstrado além do ordinário, pois com extrema astúcia já praticava a mercancia ilícita de entorpecentes a considerável tempo em Arraias. O acusado tem saúde para trabalhar e conquistar seus bens de forma honesta como milhões de brasileiros, entretanto, optou levar a vida subsidiado no narcotráfico por escolha própria.

2. ANTECEDENTES: *Tecnicamente possui bons antecedentes*

3. CONDUTA SOCIAL: *A conduta social do réu é digna de censura, pois sempre esteve envolvido com o tráfico de drogas. Por esta razão, apresenta conduta social desajustada, eis que opta pelo crime como meio de vida. É, com toda certeza, pessoa altamente nociva que não se preocupa em ter postura socialmente adequada (artigo 42 da Lei 11.343/06).*

4. PERSONALIDADE DO AGENTE: *Face não haver nos autos prova técnica demonstrando o perfil psicológico do réu e, a fim de evitar bis in idem, torna-se prejudicada a análise da personalidade do agente (artigo 42 da Lei 11.343/06).*

5. MOTIVOS: *O réu atua com motivos egoísticos, visando lucro fácil e buscando proveito econômico indevido. Entretanto, tal fato já fora considerado pelo legislador na cominação da pena em abstrato, de forma que o réu não pode ser prejudicado.*

6. CIRCUNSTÂNCIAS: *São favoráveis ao réu.*

7. CONSEQUÊNCIAS DO CRIME: *São reprováveis. Atua no tráfico a largo interstício, é certo que vários jovens tiveram suas vidas desviadas por outro caminho em razão do vício em substâncias alucinógenas, notadamente, tendo que abandonar os estudos, submeter a tratamento em clínicas de recuperação, ou, como é comumente visto, entra no mundo dos crimes e começa violar bens jurídicos, especialmente aqueles que atentam contra o patrimônio e até mesmo contra vida.*

8. COMPORTAMENTO DA VÍTIMA: *Como se trata de crime vago, encontra-se prejudicada a circunstância.*

9. QUANTIDADE: *A quantidade de substância entorpecente ilícita apreendida é significativa, daria para abastecer o comércio de drogas ilícitas razoável tempo e aferir lucro com a venda. Não resta dúvida, a presente circunstância é prejudicial ao réu (artigo 42 da Lei 11.343/06).*

10. NATUREZA: *Foram encontradas substâncias ilícitas consistente em crack e maconha. Inegável que são altamente nocivas ao organismo humano, com aptidão de causar dependência imediata nos primeiros usos, constituindo serem um dos precedentes que põe em risco a segurança pública, saúde, dignidade das pessoas de bem, além de ser mola propulsora para prática de outros crimes. Igualmente, é circunstância de ínsita reprovabilidade ao réu (artigo 42 da Lei 11.343/06).*

DA DOSIMETRIA DA PENA DO CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS *Pelo exposto, considerando as circunstâncias judiciais e*

os parâmetros mínimos e máximos (5 a 15 anos de reclusão) da pena cominada no crime descrito no artigo 33 da Lei 11.343/06, fixo a pena base em 10 (dez) anos de reclusão e pagamento de 1.200 (mil e duzentos) dias-multa.

Fixada a pena base, na segunda fase da dosimetria não verifico agravantes, entretanto, nota-se a incidência da atenuante prevista no artigo 65, inciso I do Código Penal (agente menor de 21 anos na data do fato) deve ser observada. Por isto, atenuo a pena do réu em 6 (seis) meses, passando a pena provisória nesta etapa da dosimetria, equivaler à 9 (anos) anos e 6 (seis) meses de reclusão e 1.150 (mil cento e cinquenta) dias-multa.

Na terceira fase da dosimetria, milita contra o réu uma causa de aumento prevista no artigo 40, inciso VII da Lei 11.343/06 (a prática de o crime envolver ou visar atingir criança ou adolescente). Para elevação da pena final do réu, restou bem demonstrado que a associação envolvia adolescente, Paulo Henrique é incisivo quando confessa em juízo que traficava drogas ilícitas associado ao réu. Por esta razão, aumento a pena em 1/6 da pena aplicada, que corresponde à 1 (um) ano e 7 (sete) meses de reclusão e 191 (cento e noventa e um) dias-multa.

Portanto, diante desse quadro, em virtude da ausência de outras circunstâncias agravantes, atenuantes, majorantes e minorantes, fixo a pena final em 11 (onze) anos e 1 (um) mês de reclusão e 1.341 (mil trezentos e quarenta e um) dias-multa.

DA DOSIMETRIA DA PENA DO CRIME DE ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO

Pelo exposto, considerando as circunstâncias judiciais e os parâmetros mínimos e máximos (3 a 10 anos de reclusão) da pena cominada no crime descrito no artigo 35 da Lei 11.343/06, fixo a pena base em 7 (sete) anos e 4 (quatro) meses de reclusão e pagamento de 880 (oitocentos e oitenta) dias-multa.

Fixada a pena base, na segunda fase da dosimetria não verifico agravantes, entretanto, nota-se a incidência da atenuante prevista no artigo 65, inciso I do Código Penal (agente menor de 21 anos na data do fato) deve ser observada. Por isto, atenuo a pena do réu em 6 (seis) meses, passando a pena provisória nesta etapa da dosimetria, equivaler à 6 (seis) anos e 10 (dez) meses de reclusão e 820 (mil cento e vinte) dias-multa.

Na terceira fase da dosimetria, milita contra o réu uma causa de aumento prevista no artigo 40, inciso VII da Lei 11.343/06 (a prática de o crime envolver ou visar atingir criança ou adolescente). Para elevação da pena final do réu, restou bem demonstrado que a associação envolvia adolescente, Paulo Henrique é incisivo quando confessa em juízo que traficava drogas ilícitas associado ao réu. Por esta razão, aumento a pena em 1/6 da pena aplicada, que corresponde à 1 (um) ano e 1 (um) mês de reclusão e 136 (cento e trinta e seis) dias-multa.

Portanto, diante desse quadro, em virtude da ausência de outras circunstâncias agravantes, atenuantes, majorantes e minorantes, fixo a pena final em 7 (sete) anos e 11 (onze) meses de reclusão e 956

(novecentos e cinquenta e seis) dias-multa.

DO CÚMULO MATERIAL As penas do réu, ante a prática do crime de tráfico de drogas e associação para o tráfico, devem ser somadas, pois este praticou duas ações distintas com desígnios autônomos, circunstâncias que caracterizam o concurso material e impõe-se o somatório das penas, na forma estabelecida no artigo 69 do Código Penal.

Dessa forma, torno a pena DEFINITIVA em 19 (dezenove) anos de reclusão e 2.297 (dois mil duzentos e noventa e sete) dias-multa, que fixo em 1/2 (metade) do salário mínimo nacional vigente ao tempo do fato, valor este que deverá ser corrigido monetariamente pelos índices oficiais quando da execução, desde a data do fato.

Considerando a reincidência do réu, hediondez do delito, que a pena restritiva de liberdade ultrapassa o patamar de oito anos e as circunstâncias judiciais não lhe são favoráveis, deverá o réu iniciar o cumprimento da pena no regime FECHADO, nos termos do artigo 33, §2º, alínea "a" c/c artigo 33, §3º, todos do Código Penal.

Já o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos (e-STJ fls.

241/243):

3.2 - Do apelante Alan Francisco Soares de Almeida

A Lei nº 11.343/2006, no seu art. 33, prevê para o crime de tráfico de drogas pena de reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.

Considerando que foram afastadas as circunstâncias judiciais desfavoráveis (culpabilidade, conduta social e consequências do crime) e restam a quantidade e natureza da droga apreendida, por não restar caracterizado o bis is idem alegado, fixo a pena-base em 7 (sete) anos de reclusão e 700 (setecentos) dias-multa.

Na segunda fase não há agravantes, mas foi verificada a incidência da atenuante prevista no artigo 65, inciso I do Código Penal (menoridade relativa), razão pela qual a pena foi reduzida em 6 (seis) meses na sentença, quantum este que mantenho e reduzo a pena para 6 (seis) anos e 6 (seis) meses de reclusão e 650 (seiscentos e cinquenta) dias- multa.

Na terceira fase, foi a aplicada a causa de aumento de pena prevista no artigo 40, inciso VII da Lei nº 11.343/06 (envolver ou visar atingir criança ou adolescente) no patamar de 1/6 (um sexto), ficando a penal final fixada em 7 (sete) anos e 7 (sete) meses de reclusão e 758 (setecentos e cinquenta e oito) dias-multa.

Para o crime de associação para o tráfico, a pena é de 3 (três) a 10 (dez) anos e pagamento de 700 (setecentos) a 1.200 (mil e duzentos) dias-multa, conforme dispõe o art. 35 da lei 11.343/06.

Mantenho a valoração desfavorável da quantidade e natureza da droga apreendida, em razão da ausência de bis is idem, e fixo a pena base em 4 (quatro) anos e 9 (nove) meses de reclusão e 825 (oitocentos e vinte e cinco) dias-multa.

Na segunda fase foi verificada a incidência da atenuante prevista no artigo 65, inciso I do Código Penal (menoridade relativa), razão pela qual a pena foi reduzida em 6 (seis) meses na sentença, quantum este que mantenho e reduzo a pena para 4 (quatro) anos e 3 (três) meses de reclusão e 765 (setecentos e sessenta e cinco) dias-multa. Na terceira fase foi aplicada a causa de aumento de pena prevista no artigo 40, inciso VII da Lei nº 11.343/06 (envolver ou visar atingir criança ou adolescente) no patamar de 1/6 (um sexto), ficando a penal final fixada em 4 (quatro) anos, 11 (onze) meses e 15 (quinze) dias de reclusão e 882 (oitocentos e noventa e dois) dias-multa.

Devido ao concurso material previsto no art. 69 do Código Penal, as penas foram somadas, tornando-se definitiva a pena de Alan Francisco Soares de Almeida em 12 (doze) anos, 6 (seis) meses e 15 (quinze) dias de reclusão e 1640 (mil, seiscentos e quarenta) dias-multa, fixados em 1/2 (metade) do salário-mínimo nacional vigente ao tempo dos fatos valor fixado na sentença, que deverá ser corrigido monetariamente pelos índices oficiais quando a execução, desde a data do fato e, ainda, nos termos do artigo 387, inciso IV do Código de Processo Penal, ao pagamento de 2 (dois) salários-mínimos a título de indenização pelos danos causados à sociedade afetada com o narcotráfico, destinados ao Fundo Municipal Antidrogas.

O regime inicial de cumprimento da pena é o fechado, conforme dicção do artigo 33, § 2º, alínea 'a', do Código Penal, em razão do quantum da pena.

Deixo de substituir a pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, tendo em vista que a pena é superior a 4 (quatro) anos.

Delineada a situação fática, passo à análise das teses aviadas.

Do aumento injustificado na pena-base

Conforme trecho transcrito acima, o Tribunal de origem minorou a pena-base do paciente, mas, ainda deixou valorada de forma negativa a quantidade e a natureza da droga apreendida.

No entanto, tenho que está configurada flagrante ilegalidade no que tange à referida majoração.

A quantidade, a variedade ou a qualidade da droga apreendida – **5,7g de maconha e 0,9g de crack** – não se mostram suficientes para justificar o incremento da basal, afastando, *tout court*, a aventada periculosidade concreta da conduta do paciente, na espécie.

Nesse mesmo sentido:

PENAL E PROCESSUAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO. NÃO CONHECIMENTO. TRÁFICO DE DROGAS. DOSIMETRIA. PENA-BASE ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. QUANTIDADE DA DROGA APREENDIDA. PEQUENA QUANTIDADE. FUNDAMENTO INIDÔNEO. REGIME MAIS GRAVOSO. RÉU PRIMÁRIO. PENA-BASE NO MÍNIMO LEGAL. DIREITO AO ABERTO. MINORANTE DO § 4º DO ART. 33 DA LEI N. 11.343/2006. APLICAÇÃO EM PATAMAR AQUÉM DO MÁXIMO EM RAZÃO DA NATUREZA DA DROGA. POSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DO ART. 42 DA LEI DE DROGAS. SUBSTITUIÇÃO DAS PENAS. NEGATIVA PELA GRAVIDADE ABSTRATA. IMPOSSIBILIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

1. Ressalvada pessoal compreensão diversa, uniformizou o Superior Tribunal de Justiça ser inadequado o writ em substituição a recursos especial e ordinário, ou de revisão criminal, admitindo-se, de ofício, a concessão da ordem ante a constatação de ilegalidade flagrante, abuso de poder ou teratologia.

2. Sendo evidente a pequena quantidade de droga apreendida não se justifica a exasperação da pena-base com base nesse fundamento, porquanto flagrantemente equivocada a valoração, nem tampouco a imposição de regime prisional mais gravoso ao réu primário, condenado à pena reclusiva não superior a 4 anos - 2 anos e 6 meses - cuja pena-base foi estabelecida no mínimo legal.

3. Nos termos do entendimento firmado pelo STJ, a quantidade, a natureza e/ou a variedade da droga apreendida constituem fundamento idôneo a justificar a fixação de fração redutora aquém da máxima legal, pela minorante do § 4º, da Lei n. 11.343/2006 (art. 42 da Lei n. 11.343/2006).

4. Negada pelas instâncias ordinárias a substituição das penas com base em fundamento inidôneo, consistente na gravidade abstrata do delito, sendo favoráveis as circunstâncias judiciais do art. 59 do CP, possível o deferimento do benefício, nos termos do disposto no art. 44 do CP.

5. Habeas corpus não conhecido, mas concedida a ordem, de ofício, para reduzir as penas a 2 anos e 6 meses de reclusão e 250 dias-multa, fixando o regime aberto para o cumprimento inicial da pena reclusiva e substituindo-a por restritivas de direitos, a serem estabelecidas pelo juízo das execuções. (HC 359.271/SP, relator Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 14/03/2017, DJe 04/05/2017, grifei.)

À vista de tais pressupostos, a valoração acerca da quantidade, da natureza ou da variedade da droga apreendida deve ser afastada, devendo a basal repousar no mínimo legal.

Da minorante do art. 33, § 4º, da Lei n. 11.343/2006

De acordo com o aludido art. 33, § 4º, da Lei de Drogas, o agente poderá ser beneficiado com a redução de 1/6 (um sexto) a 2/3 (dois terços) da pena, desde que seja, **cumulativamente**, primário e portador de bons antecedentes e não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa.

Sob esse prisma, não vislumbro o alegado constrangimento ilegal, pois o paciente foi condenado pelo crime de associação para o tráfico, o que, por si só, constitui óbice ao reconhecimento da causa especial de diminuição de pena prevista no § 4º do art. 33 da Lei de Drogas, conforme mansa orientação jurisprudencial desta Corte.

A esse respeito:

AGRAVO REGIMENTAL. PROCESSUAL PENAL E PENAL. HABEAS CORPUS. SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL, ORDINÁRIO OU DE REVISÃO CRIMINAL. NÃO CABIMENTO. TRÁFICO DE DROGAS. MINORANTE DO TRÁFICO PRIVILEGIADO. CONDENAÇÃO PELA PRÁTICA DE ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. NÃO APLICAÇÃO. LEGALIDADE.

[...]

2. A condenação pela prática do crime de associação para o tráfico de drogas justifica a não aplicação da minorante prevista no § 4º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006.

3. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC 195.006/MS, relator Ministro NEFI CORDEIRO, Sexta Turma, julgado em 14/4/2015, DJe 29/4/2015.)

Passo, assim, à readequação da pena, nos parâmetros de origem.

I) Para o crime de tráfico de drogas

Na primeira fase, fixo a pena-base no mínimo legal de 5 anos de reclusão mais 500 dias-multa.

Na segunda fase, reconhecida a atenuante da confissão espontânea, a pena mantém-se no mesmo *quantum*, ante o óbice contido no enunciado da Súmula n. 231 do STJ.

Na terceira etapa, tendo em vista a causa de aumento de pena do art. 40, VII, da Lei n. 11.343/2006, a pena é aumentada em um sexto, ficando a pena

definitiva em 5 anos e 10 meses de reclusão e 583 dias-multa.

II) Para o crime de associação para o tráfico

Na primeira fase, fixo a pena-base no mínimo legal de 3 anos de reclusão e 700 dias-multa.

Na segunda fase, a pena permanece inalterada, mesmo com a incidência da atenuante prevista no art. 65, inciso III, alínea "d", do Código Penal, ante o óbice contido no enunciado da Súmula n. 231 do STJ.

Na terceira etapa, procedendo-se ao aumento de 1/6 (um sexto) pela incidência do art. 40, VII, da Lei de Drogas, a pena fica definitiva em 3 anos e 6 meses de reclusão e 816 dias-multa.

Pela regra do concurso material de crimes (art. 69 do Código Penal), somam-se as penas, totalizando 9 (nove) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, no regime inicial fechado, e 1.399 dias-multa.

Fica mantido, no restante, o acórdão recorrido.

Tal o contexto, **concedo a ordem de *habeas corpus*** a fim de reduzir a pena-base dos crimes ao mínimo legal e readequar a reprimenda imposta ao paciente para 9 (nove) anos e 4 (quatro) meses de reclusão, no regime inicial fechado, e pagamento de 1.399 dias-multa.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator